

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 24/02/2016 - Edição 1454

Fevereiro nem terminou e dois primeiros meses do ano já batem recorde da década de violência bancária

Chegamos ao 22º dia de fevereiro com um triste e tenebroso recorde desde 2007. Até segunda-feira (22), o levantamento do SindBancários do Rio Grande do Sul sobre violência bancária já registrou 42 ataques a bancos. Esse volume é 23,5% superior ao número de ataques a bancos registrados de 1º de janeiro a 22 de fevereiro do ano passado, quando ocorreram 34 em todo o Estado. Nos primeiros 53 dias de 2016, ocorreu um ataque a banco a cada 30 horas no Rio Grande do Sul. É também o maior volume de ataques a bancos da década para os dois primeiros meses do ano.

O dado é estarrecedor e revela aquilo que o SindBancários tem repetido desde 2015. A política do governo do Estado de cortes nas horas extras de policiais militares e policiais civis tem ajudado muito a criar um contexto que favorece a ação de quadrilhas. No ano passado, quando o governo do Estado depositou apenas R\$ 600 na conta dos servidores públicos, incluindo policiais militares e civis, houve uma

explosão de violência. Este ano, mesmo com a anunciada prisão de quadrilha especializada em ataques a bancos no interior do Estado, no início de fevereiro, o volume se manteve sob uma tendência de crescimento.

Policiais militares se aquartelaram em agosto e setembro. No mês de agosto de 2015, tivemos recorde absoluto no número de ataques a bancos em todo o Estado. Foram 34. Nesses dois meses de 2015, para proteger os bancários, o SindBancários e a Fetrafi-RS entraram com duas liminares na Justiça do Trabalho solicitando o fechamento de agências enquanto durasse o aquartelamento da Brigada por falta de policiamento ostensivo. A Justiça do Trabalho concedeu as liminares e sugeriu que o governo do Estado procurasse a Guarda Nacional, o que foi rejeitado.

“Os números do nosso levantamento refletem uma política equivocada. O governo do Estado faz do discurso de crise um argumento para justificar a redução

do tamanho do Estado e vender empresas públicas. Deixar de investir em segurança expõe todos nós ao risco de violência. Os bancários estão preocupados com essa falta de sensibilidade do governo. Essa aposta no discurso de crise e a redução de investimentos são um desastre para nossa categoria, exposta ao medo e fragilizada e adoecida pelo medo”, avaliou o presidente em exercício do SindBancários, Luciano Fetzner.

Se formos comparar a média de ataques desde 2007 para os dois primeiros meses do ano até 22 de fevereiro, a violência é ainda mais estarrecedora. A média é de 26 ataques. Os 42 ataques a bancos dos primeiros 53 dias do ano (42) é 61,5% superior à média histórica desta década para o período recortado.

Proposta de legislação

Desde que começou a realizar levantamentos de ataques a bancos a partir da publicação dos casos em jornais e sites noticiosos ou a partir do relato de bancários, o

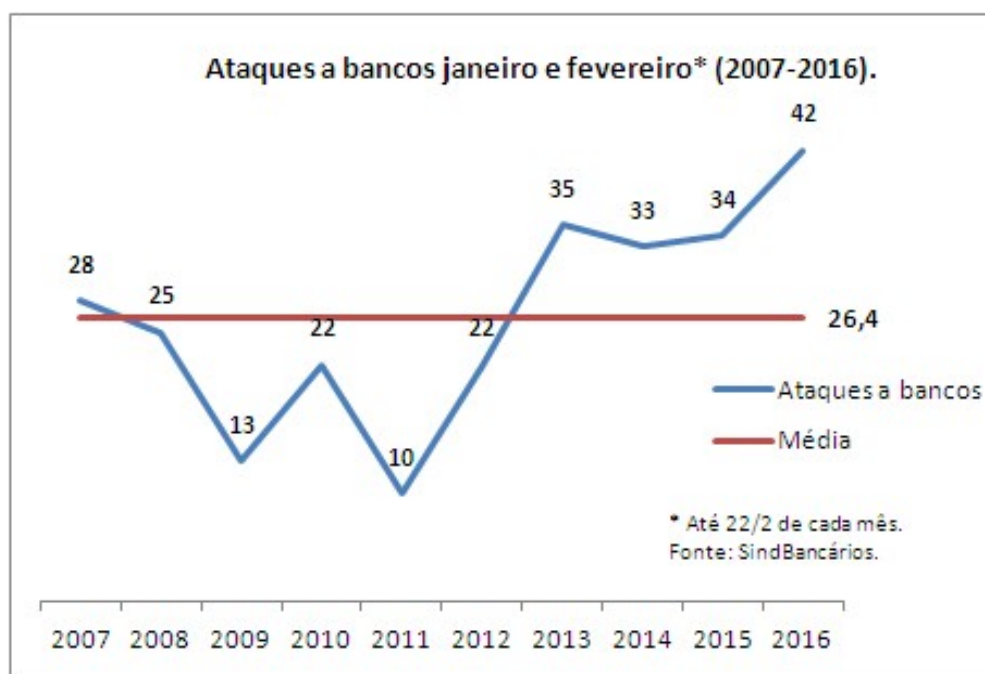
Meses	Ataques a bancos janeiro e fevereiro* (2007-2016)									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Janeiro	17	12	4	17	3	10	12	16	15	24
Fevereiro	11	13	9	5	7	12	23	17	19	18
Total	28	25	13	22	10	22	35	33	34	42

* Até os dias 22 de cada mês

Fonte: Acompanhamento do SindBancários dos casos registrados na imprensa e/ou relatado por bancários.

SindBancários mantém uma atitude propositiva para combater a violência bancária. Além de colaborar na estruturação da legislação específica sobre ataques a bancos em Porto Alegre (Lei das Câmaras, Lei dos Biombos, Lei da Porta-giratória), o SindBancários colabora com a construção de uma política ampliada. A ideia é que haja uma legislação estadual que incorpore todas as leis municipais e até mesmo uma lei nacional mais específica para não causar desequilíbrios.

Em dezembro do ano passado, o presidente do SindBancários, Everton Gimenis, participou de audiência pública na Assembleia Legislativa para contribuir com a proposta do deputado estadual Tarcísio Zimmermann, de criar uma lei geral estadual de combate à violência bancária. “Todos os anos procuramos autoridades para propor que haja uma legislação estadual que obrigue os bancos a investirem em segurança. Nossa proposta é que haja uma lei estadual que inclua a obrigação de vidros blindados nas agências, de instalação de portas-



giratórias, câmeras, de uma central de alarmes e biombos. E também um compromisso do poder público de fiscalizar”, explica Gimenis.

Segundo a defesa da legislação que o presidente do SindBancários faz, há intenção de ajudar a fazer frente aos sucessivos aumentos da criminalidade e dos ataques bancos

registrados nos últimos anos. A ideia é regulamentar em todo o Estado e evitar vácuos legislativos em que municípios que não têm legislação específica ficam mais expostos a violência bancária em relação aos que têm legislação específica municipal como é o caso de Porto Alegre.

Fonte: Seeb RS

Vigilantes de Niterói e região aprovam continuidade das negociações com os patrões



Vigilantes defendem continuidade das negociações

Os vigilantes de Niterói, São Gonçalo e região aprovaram a proposta do Sindicato de dar continuidade nas negociações da

campanha salarial e buscar novos avanços nos índices salariais e no tíquete alimentação. A proposta dos empresários é de 11,5% de reajuste.

A inflação do período, segundo o Dieese, ficou em 10,91% (INIPC), representando, portanto, 0,59% de ganho real. A assembleia da categoria aconteceu na noite de segunda-feira (22) no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, no centro da cidade.

O Sindicato irá comunicar o Sindesp/RJ (patronal) da decisão dos trabalhadores e buscar um novo diálogo. A redução do desconto do tíquete alimentação no contracheque dos vigilantes também voltará à pauta das discussões. A data base da categoria é 1º de março.

Fonte: Imprensa SVNIT

Vigilantes da Garra, no RN, recebem salários de janeiro após novas paralisações

Mais uma vez o Sindsecur-RN teve que mobilizar os vigilantes para fazer cumprir um direito básico que é o pagamento dos salários em dia.

Novamente foi preciso paralisar as atividades e organizar outra greve para que a Garra Vigilância pagasse os salários de janeiro deste ano. Depois de paralisações diárias, a greve marcada para iniciar na segunda-feira (22/2) foi

suspensa porque a Sesap informou que havia repassado os devidos valores à Garra. Ao mesmo tempo a empresa informou que iria efetuar o pagamento logo em seguida, o que ocorreu na manhã desta terça-feira.

De acordo com a proposta aprovada em assembleia, se até o 5º dia útil do mês o pagamento dos salários não for efetuado os vigilantes voltarão a cruzar os

braços e paralisar os postos de serviços. Se a luta é a linguagem que a Garra entende para fazer cumprir os direitos trabalhistas, então, o Sindsecur está atento e vai continuar mobilizando os trabalhadores. Agora, é ficar sempre alerta para dar a resposta que esse tipo de empresário merece, que é a luta organizada.

Fonte: Sindsecur

No AP, vigilantes protesta, contra atraso de salários



Pneus foram queimados em frente a empresa de vigilância em Macapá (Foto: Jéssica Alves/G1)

Vigilantes fizeram um protesto nesta segunda-feira (22), na Av. Mãe Luzia, no bairro Jesus de Nazaré, Zona Central de Macapá. A concentração foi em frente a uma empresa que presta serviços para o governo do Amapá e prefeitura da capital. A categoria cobra o pagamento de 5 meses de

salários atrasados. Os manifestantes queimaram pneus e bloquearam a pista, no sentido para o Centro da cidade.

De acordo com o Sindicato dos Vigilantes, os trabalhadores reclamam que a empresa privada recebeu em fevereiro o repasse de contratos públicos com o governo

e prefeitura, mas não realizou o pagamento para os servidores.

“É um desrespeito total da empresa com os trabalhadores. Cerca de 400 vigilantes estão nessa situação, pois a empresa recebe do poder público, mas simplesmente não paga os nossos salários. Além do salário, eles não pagaram 9 meses de vale alimentação, 13º salário, férias, não recolheram o FGTS e nem INSS da categoria”, reclamou o diretor de administração do sindicato, Dinassi Siqueira.

O vigilante Junior Silva, de 28 anos, reclama que, com a situação, não consegue nem sair de casa para ir ao trabalho e tem dificuldades de sustentar a família. Ele diz que não recebe há 4 meses da empresa.

“Não tenho condições de ir ao posto de trabalho, porque não tenho dinheiro nem para pegar o ônibus. É uma situação muito difícil e estou com dificuldades até para comprar a comida dos meus filhos”, lamentou o trabalhador.

Fonte: G1

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF